



Processo nº 10145.000741/2024-85
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região
Equipe de Negociação Coordenação
Equipe de Tratativas de Negociação

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

Processo SEI nº 10145.000741/2024-85

A **União - Fazenda Nacional**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos do artigo 131, § 3º, da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, doravante denominada “Fazenda Nacional”;

e **Universidade de Cruz Alta**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 92.928.845/0001-60, com sede na Rodovia Municipal Jacob Méa, km 5,6, Distrito Parada Benito, Cruz Alta/RS,

todas neste ato representadas por seus representantes legais abaixo assinados e doravante denominada(s) “Requerente(s)”.

Cada uma das partes denominada individualmente “Parte” e, conjuntamente, “Partes” tem justo e acertado o disposto a seguir.

As Partes firmam o presente Termo de Transação Individual (“Transação” ou “Acordo”), com fundamento no artigo 171 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (“Código

Tributário Nacional - CTN”), na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e na Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

CLÁUSULAS GERAIS

1. Do passivo fiscal e do objeto da Transação

1.1. A Transação tem por finalidade a regularização dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União e do FGTS (“Dívida Ativa”), a redução de litígios e, mediante concessões mútuas, a compatibilização dos interesses das Partes quanto à redução dos riscos e ônus associados ao inadimplemento tributário e à cobrança forçada, promovendo a satisfação do crédito público dentro dos limites da capacidade de pagamento da(s) Requerente(s).

1.2. A Transação objetiva o equacionamento dos seguintes débitos (“Dívida Transacionada”):

1.2.1. Débitos inscritos em Dívida Ativa listados no Anexo I;

1.3. Os débitos listados no Anexo II ficam excluídos do Acordo.

2. Dos litígios judiciais e administrativos

2.1. A(s) Requerente(s) confessa(m), de forma irrevogável e irretratável, a Dívida Transacionada, bem como a responsabilidade por seu adimplemento, abstendo-se de discuti-la em ação judicial presente ou futura.

2.1.1. A confissão prevista no item anterior produz os efeitos do artigo 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional - CTN, cumulado com o inciso VI, do artigo 202, do Código Civil em relação aos créditos não tributários, implicando a interrupção do prazo prescricional de toda a Dívida Transacionada, renovando-se tais efeitos a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação esteja vinculada a apenas uma das inscrições em Dívida Ativa.

2.1.2.

2.1.3.Expressa e irrevogavelmente, a(s) Requerente(s) desiste(m) das ações judiciais individuais ou coletivas, impugnações ou recursos que tenham por objeto a Dívida Transacionada ou o vínculo de responsabilidade tributária, renunciando a quaisquer alegações de direito, presentes ou futuras, sobre as quais se fundam os litígios judiciais, o que deve ser formalizado por meio de pedido de extinção do respectivo processo com resolução do mérito, nos termos da alínea 'c,' do inciso III, do *caput*, do artigo 487, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Código de Processo Civil - CPC").

2.1.3.1.Ressalvadas situações expressamente previstas neste Acordo, a desistência e a renúncia de que trata o item anterior não eximem a(s) Requerente(s) do pagamento de honorários advocatícios e custas processuais já fixados em decisão judicial.

2.2. A Transação não implica renúncia de direito por parte da Fazenda Nacional na indicação de outros responsáveis, de bens ou de direitos para responder pela Dívida Transacionada, caso haja rescisão do Acordo e subsequente prosseguimento das ações de cobrança judiciais ou extrajudiciais.

2.2.1.Enquanto vigente a Transação, não corre prazo para configuração de prescrição intercorrente ou para prescrição da pretensão de redirecionar a cobrança em face de corresponsáveis.

3. Das obrigações e declarações das Partes

3.1. A Fazenda Nacional obriga-se a:

3.1.1.Presumir a boa-fé da(s) Requerente(s) em relação às declarações prestadas para fins de formalização da Transação;

3.1.2.Notificar a(s) Requerente(s) sempre que verificada hipótese de rescisão da Transação, com concessão de prazo para regularização do vício; e

3.1.3.Tornar público o Acordo firmado com a(s) Requerente(s), em especial as obrigações, exigências e concessões previstas, ressalvadas as informações protegidas por sigilo e as comunicações anteriores à assinatura do Acordo.

3.2. A(s) Requerente(s) está(ão) ciente(s) e de acordo com as condições e obrigações previstas em lei e atos regulamentares relativos à transação, assumindo, em especial, os seguintes deveres:

- 3.2.1. Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com finalidade de limitar, falsear ou prejudicar, de qualquer forma, a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;
- 3.2.2. Fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer as respectivas situações econômicas, bem como eventuais circunstâncias que possam implicar a rescisão do Acordo;
- 3.2.3. Autorizar o acesso da Fazenda Nacional a suas declarações e escritas fiscais;
- 3.2.4. Não alienar bens ou direitos que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos ora assumidos, sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional e demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento do Acordo;
- 3.2.5. Manter a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- 3.2.6. Manter a regularidade perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, regularizando, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação; e
- 3.2.7. Em até 60 (sessenta) dias da assinatura do Acordo, peticionar em todos os processos judiciais que tenham por objeto a Dívida Transacionada, a fim de noticiar a celebração da Transação, desistir da ação, impugnação ou recurso e renunciar aos direitos sobre os quais se fundam, por meio de pedido de extinção do respectivo processo com resolução do mérito, nos termos da alínea 'c,' do inciso III, do *caput*, do artigo 487 do Código de Processo Civil - CPC, requerendo a transformação em pagamento definitivo de depósitos judiciais eventualmente existentes.

3.3. A(s) Requerente(s) declara(m) que:

- 3.3.1. Não utiliza(m) pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;
- 3.3.2. Não alienou(aram) ou onerou(aram) bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos públicos;

- 3.3.3.As informações cadastrais, patrimoniais, contábeis e fiscais prestadas à Administração Pública são verdadeiras e não foram omitidas informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;
- 3.3.4.Inexistem outros créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais expedidos em favor da(s) Requerente(s), além daqueles eventualmente previstos na Transação;
- 3.3.5.Autoriza(m) a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a precatórios federais de que seja(m) ou venha(m) a ser credora(s), de modo a adimplir prestações vencidas ou vincendas da Transação;
- 3.3.6.Autoriza(m) a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a restituições, ressarcimentos ou reembolsos reconhecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, de modo a adimplir prestações vencidas ou vincendas da Transação;
- 3.3.7.Autoriza(m) a dedução dos valores devidos dos montantes a serem repassados referentes às respectivas cotas nos Fundos de Participação, caso uma ou mais Requerentes sejam Estados ou Municípios; e
- 3.3.8.Concorda(m) que quaisquer comunicações ou notificações relacionadas à Transação, inclusive aquelas relativas ao procedimento de rescisão do Acordo, serão realizadas por meio do Portal Regularize da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("Portal Regularize") e serão destinadas, exclusivamente, à Requerente que constar como titular das contas de transação consolidadas no Sistema de Parcelamentos e outras Negociações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("Sispar");
- 3.3.8.1.Na hipótese de haver mais de uma pessoa física ou jurídica qualificada como Requerente ou Interveniente do Acordo, a notificação feita na forma do item anterior aproveitará a todas as Requerentes e Intervenientes, que desde já se declaram cientes e de acordo com esta forma de comunicação.

4. Dos efeitos da Transação

- 4.1. Enquanto vigente a Transação, a Dívida Transacionada ficará com a exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, inciso VI, do Código Tributário Nacional - CTN, cumulado com o artigo 3º, § 2º, da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.
- 4.2. A Transação importa imediato reconhecimento da responsabilidade solidária da(s) Requerente(s) por toda a Dívida Transacionada, autorizando a Fazenda Nacional a incluí-la(s) nas respectivas Certidões de Dívida Ativa, caso não conste(m) como devedora(s) principal(is).

4.3.Das Hipóteses e do procedimento de rescisão

4.4. Implicará rescisão do Acordo a ocorrência de quaisquer situações previstas em lei e atos regulamentares relativos à transação, bem como as seguintes situações:

- 4.4.1.Falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas em, pelo menos, uma conta de transação decorrente deste Acordo;
- 4.4.2.Falta de pagamento de, ao menos, 1 (uma) parcela, estando pagas todas as demais, em, pelo menos, uma conta de transação decorrente deste Acordo;
- 4.4.3.Não peticionamento, pela(s) Requerente(s), nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para: (a) noticiar a celebração da Transação; e (b) confessar de forma irrevogável e irretratável a Dívida Transacionada;
- 4.4.4.Descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer outras cláusulas ou condições do Acordo, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação;
- 4.4.5.Concessão de medida cautelar fiscal em desfavor da(s) Requerente(s), nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992;
- 4.4.6.Declaração de falência ou extinção por liquidação da(s) Requerente(s);
- 4.4.7.Declaração de inaptidão no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), no termos dos artigos 80 e 81, da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
- 4.4.8.Descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS");
- 4.4.9.Não regularização, no prazo de 90 (noventa) dias, dos débitos que se tornarem exigíveis perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, após a celebração da Transação;
- 4.4.10.Constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas na Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive em relação aos documentos contábeis e fiscais;

4.4.11.Constatação de que a(s) Requerente(s) se utiliza(m) de pessoa física ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens ou direitos, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;

4.4.12.Constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial da(s) Requerente(s) como forma de fraudar o cumprimento da Transação, ainda que realizado anteriormente à sua celebração;

4.4.13.Constatação, pela Fazenda Nacional, de que a(s) Requerente(s) incorreu(ram) em fraude à execução, nos termos do artigo 185, do Código Tributário Nacional - CTN, e não reservou(aram) bens ou rendas suficientes ao total pagamento dos débitos inscritos em Dívida Ativa; e

4.4.14.Na hipótese de utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL ("PF/BCN") para liquidação ou amortização da Dívida Transacionada, a não confirmação dos créditos pela autoridade competente, sem o correspondente recolhimento da diferença apurada via Documento de Arrecadação de Receitas Federais ("DARF"), em até 30 (trinta) dias contados da notificação.

4.5. É vedada a desistência ou a rescisão unilateral da Transação pelas Partes.

4.5.1.Caso a(s) Requerente(s) proceda(m) à desistência da Transação, ainda que para migração para modalidade de transação por adesão eventualmente disponível, sem prévia anuência da Fazenda Nacional, restará configurada hipótese de descumprimento do Acordo, apta a atrair todos os efeitos jurídicos da rescisão.

4.6. A rescisão da Transação implicará:

4.6.1.Vedação, pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da rescisão, da formalização de novo acordo de transação em qualquer modalidade, ainda que relativo a débitos distintos, nos termos do artigo 4º, § 4º, da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020;

4.6.2.Afastamento dos benefícios concedidos, com restabelecimento da Dívida Transacionada, sem descontos, deduzidos os valores pagos;

4.6.3.Exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos, com a retomada do atos de cobrança judiciais ou extrajudiciais, incluindo o prosseguimento das execuções fiscais, a prática de atos de constrição patrimonial e de responsabilização de terceiros; e

4.6.4. Execução das garantias prestadas.

4.6.4.1. A execução das garantias poderá, a exclusivo critério da Fazenda Nacional, ser realizada através da plataforma eletrônica regulamentada pela Portaria PGFN nº 3.050, de 06 de abril de 2022, ("Plataforma Comprei") ou outra que a substituir.

4.7. Quando constatada hipótese de rescisão da Transação, caberá à Fazenda Nacional notificar a(s) Requerente(s) e conceder prazo para regularização do vício ou demonstração de sua inexistência.

4.7.1. A notificação a que se refere o item anterior será realizada através de mensagem encaminhada pelo Portal Regularize e será destinada exclusivamente à Requerente que constar como titular das contas de transação consolidadas no Sistema de Parcelamentos e outras Negociações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("Sispar").

4.7.1.1. Na hipótese de haver mais de uma pessoa física ou jurídica qualificada como Requerente ou Interveniente deste Acordo, a notificação feita na forma do item anterior aproveitará a todas as Requerentes e Intervenientes, que desde já se declaram cientes e de acordo com esta forma de comunicação.

4.7.2. Na hipótese de desistência ou rescisão unilateral da Transação, considera-se realizada a notificação de que trata o *caput*, no ato de sua formalização através do Portal Regularize.

4.8. A(s) Requerente(s) poderá(ão), no prazo de 30 (trinta) dias da notificação, regularizar o vício sanável ou apresentar impugnação, preservada a Transação em todos seus efeitos durante este período.

4.8.1. A impugnação deverá ser apresentada pelo Portal Regularize e deverá trazer todos os elementos e documentos que infirmem a hipótese de rescisão.

4.8.2. Após a apresentação da impugnação, todas as comunicações subsequentes serão realizadas pelo Portal Regularize, cabendo à(s) Requerente(s) acompanhar sua tramitação.

4.8.3. A impugnação será apreciada pela unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas

de distribuição de atividades.

4.8.4.A(s) Requerente(s) será(ão) notificada(s) da decisão por meio do Portal Regularize, sendo-lhe(s) facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.

4.8.4.1.O recurso administrativo deverá ser apresentado pelo Portal Regularize e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.

4.8.5.Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado para julgamento pelo Procurador-Chefe da Dívida da respectiva Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional.

4.8.6.A propositura de qualquer ação judicial pela(s) Requerente(s), cujo objeto coincida, no todo ou em parte, com a irresignação manifestada na esfera administrativa, implicará renúncia à instância recursal e não conhecimento de eventual recurso interposto.

4.9. Enquanto a impugnação à rescisão não for definitivamente julgada, a Transação permanecerá em vigor e a(s) Requerente(s) deve(m) cumprir integralmente o Acordo.

4.10. Caso o recurso seja julgado procedente, a circunstância que motivou a rescisão da Transação será considerada sem efeito.

4.11. Caso o recurso seja julgado improcedente, a Transação será definitivamente rescindida.

CLÁUSULAS ESPECÍFICAS

5. Das condições para adimplemento da Dívida Transacionada

5.1. As condições para adimplemento da Dívida Transacionada são estabelecidas com base na verificação da situação econômica e da capacidade de pagamento da(s) Requerente(s), considerando as informações cadastrais, patrimoniais, contábeis e fiscais declaradas por ela(s) ou por terceiros à Procuradoria-Geral da

Fazenda Nacional e a outros órgãos da Administração Pública.

5.2. Concessão de descontos

5.2.1. Concede-se o desconto máximo de 70% (setenta por cento), calculado por débito e aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos), vedada a redução do montante principal.

5.3. Forma de adimplemento do saldo devedor remanescente

5.3.1. O saldo devedor remanescente da Dívida Transacionada - Previdenciária será adimplido em 60 (sessenta) prestações mensais sucessivas, escalonadas de acordo com os seguintes percentuais:

Faixa	Prestações	Percentual
Faixa 1	1 a 12	0.800%
Faixa 2	13 a 24	1.450%
Faixa 3	25 a 36	1.600%
Faixa 4	37 a 48	1.800%
Faixa 5	49 a 59	2.700%
Faixa 6	60	2.500%

5.3.2. O saldo devedor remanescente da Dívida Transacionada - Demais Débitos será adimplido em 120 (cento e vinte) prestações mensais sucessivas, escalonadas de acordo com os seguintes percentuais:

Faixa	Prestações	Percentual
Faixa 1	1 a 12	0.560%
Faixa 2	13 a 24	0.570%
Faixa 3	25 a 36	0.730%

Faixa 4	37 a 48	0.780%
Faixa 5	49 a 60	0.800%
Faixa 6	61 a 72	0.900%
Faixa 7	73 a 84	0.920%
Faixa 8	85 a 96	0.960%
Faixa 9	97 a 108	1.000%
Faixa 10	109 a 119	1.200%
Faixa 11	120	0.160%

5.3.3.O prazo máximo previsto para pagamento da Dívida Transacionada - Previdenciária e da Dívida Transacionada - Demais Débitos não poderá, em hipótese alguma, ser prorrogado. Assim, caso haja saldo devedor superior ao montante previsto para a última prestação, o valor remanescente deverá ser integralmente quitado até a data de seu vencimento.

5.3.4.O valor de cada prestação será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("Selic") para títulos federais, ou por outro índice que vier a substituí-la, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação das contas de transação no Sispar até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado.

5.3.4.1.Na hipótese de pagamento antecipado de qualquer prestação, os juros previstos no item anterior serão computados até a data do efetivo pagamento.

5.3.5.Os pagamentos serão feitos até o último dia útil de cada mês, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais ("DARF") emitido pela(s) Requerente(s) através do Portal Regularize.

5.3.5.1.A primeira prestação vencerá no último dia do mês em que consolidadas as contas de transação no Sispar.

5.3.5.2.O pagamento da primeira prestação é condição essencial para a confirmação das contas de transação no Sispar.

5.4. Critério para imputação de prestações recolhidas a maior

5.4.1.Caso sejam realizados pagamentos em valor superior ao das prestações vencidas, o excedente será alocado nas parcelas vincendas, em ordem decrescente, até o limite do saldo devedor.

5.4.1.1.A ordem de imputação prevista no item anterior aplica-se, também, aos valores decorrentes de restituições, ressarcimentos ou reembolsos reconhecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de precatórios federais, quando não houver vinculação específica a uma prestação.

5.5. Depósitos judiciais

5.5.1.Depósitos judiciais vinculados à Dívida Transacionada deverão ser transformados em pagamento definitivo da União e imputados à respectiva inscrição em Dívida Ativa, sem descontos.

5.5.1.1.O aproveitamento dos depósitos judiciais ocorrerá após sua efetiva transformação em pagamento definitivo.

5.5.1.2.Para operacionalizar o aproveitamento dos depósitos judiciais, a Fazenda Nacional poderá retirar da conta de transação a inscrição em Dívida Ativa que receberá a imputação de pagamento e, em seguida, proceder a sua reinclusão.

5.5.1.2.1.Na hipótese de ativos financeiros bloqueados em conta bancária ou de depósitos judiciais não vinculados à Conta Única do Tesouro Nacional, os valores serão imputados diretamente na conta de transação, salvo disposição em contrário.

5.6. Precatórios federais e outros Créditos

5.6.1.Créditos que a(s) Requerente(s) possua(m) ou venha(m) a possuir contra a União, provenientes de precatórios, de levantamento de depósitos judiciais não vinculados à Dívida Transacionada ou de qualquer outra origem, deverão ser utilizados para o pagamento das parcelas vencidas ou vincendas da Transação.

5.6.1.1.Os créditos mencionados no item anterior deverão ser obrigatoriamente destinados às contas de transação, ainda que, para isso, seja necessária a revisão dessas contas e a redução do montante de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL ("PF/BCN") eventualmente autorizado, em conformidade com o artigo 36, inciso III, da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

5.6.2. Créditos que a(s) Requerente(s) possua(m) ou venha(m) a possuir contra entes federados subnacionais poderão ser utilizados para o pagamento de parcelas vencidas ou vincendas da Transação, desde que os recursos financeiros estejam efetivamente disponibilizados.

6. Das garantias

- 6.1. Salvo previsão específica em contrário, a formalização do Acordo implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal, de penhoras ou de garantias prestadas administrativamente, sem prejuízo do estabelecimento de outras garantias próprias da Transação, bem como pelos bens descritos no Anexo IV, já penhorados.
- 6.2. A garantia deverá ser mantida até a integral liquidação da Transação, momento em que poderá ser liberada, mediante concordância da Fazenda Nacional nos autos judiciais em que formalizada a penhora.
- 6.3. Em caso de perecimento, depreciação, deterioração ou oneração que cause redução significativa do valor atribuído aos bens e direitos que garantem a Transação, a(s) Requerente(s) se compromete(m) a promover a substituição ou o reforço da garantia, mediante prévia anuência da Fazenda Nacional.

6.4. Entende-se por significativa a redução igual ou superior a 25% do valor atribuído aos bens e direitos que garantem a Transação.

7. Da possibilidade de alienação dos ativos dados em garantia

- 7.1. Os bens e direitos que garantem a Transação poderão ser objeto de alienação pela(s) Requerente(s), mediante anuência prévia e expressa da Fazenda Nacional.
 - 7.1.1. A anuência da Fazenda Nacional com a alienação dos bens e direitos que garantem a Transação, livre de ônus para o adquirente, poderá ser condicionada à destinação do produto da venda ao adimplemento das prestações vencidas e vincendas do Acordo, bem como à substituição da garantia.
 - 7.1.2. A alienação dos bens e direitos que garantem a Transação, livres de ônus para o adquirente, poderá, a exclusivo critério da Fazenda Nacional, seguir o rito do artigo 880 do Código de Processo Civil ("CPC") ou se dar mediante a inclusão da Fazenda Nacional como interveniente anuente do contrato de compra e venda.

- 7.2. A(s) Requerente(s) anui(em) com a utilização da Plataforma Comprei para eventual alienação dos bens e direitos que garantem a Transação.
- 7.3. As prestações da Transação deverão ser quitadas tempestivamente, independentemente do exercício da prerrogativa e do êxito da alienação prevista neste tópico.

DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8. A formalização da Transação:
 - 8.1. Não dispensa a(s) Requerente(s) do recolhimento das obrigações tributárias correntes ou do cumprimento das obrigações acessórias;
 - 8.2. Não impede a regular incidência de juros sobre os débitos inscritos em Dívida Ativa, aplicando-se o índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários federais;
 - 8.3. Não pode ser interpretada de forma a implicar renúncia às garantias e privilégios do crédito tributário; e
 - 8.4. Submete-se à ampla publicidade e transparência ativa, resguardadas as informações protegidas por sigilo e as comunicações anteriores à assinatura do Acordo.
- 9. A Transação produzirá efeitos a partir da assinatura do Acordo pelas Partes e permanecerá vigente pelo prazo estabelecido no plano de pagamento ou por período menor, caso a Dívida Transacionada seja integralmente adimplida e todas as obrigações contratuais sejam plenamente cumpridas.
 - 9.1. O Acordo vincula e produz efeitos sobre a(s) Requerente(s), seus sucessores e adquirentes a qualquer título, ainda que a Fazenda Nacional não participe ou tome conhecimento dos eventos relacionados à sucessão ou às alterações societárias.
- 10. A Transação foi autorizada de acordo com as alçadas previstas nos artigos 61 a 63 da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, conforme registro no Processo

SEI nº 10.145.000741/20241-85.

11. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Porto Alegre-RS para a resolução de quaisquer questões relacionadas à Transação.
12. Os valores nominais indicados no Acordo são estimativas aproximadas, que serão atualizados e considerados definitivos no momento da consolidação das contas de transação no Sispar.
13. Situações e circunstâncias não previstas no Acordo serão resolvidas conforme as disposições da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

ANEXOS

I - Listagem das inscrições em Dívida Ativa incluídas na Transação;

II - Listagem das inscrições em Dívida Ativa excluídas da Transação, com indicação das respectivas situações;

III - Plano de pagamento;

IV - Garantias

DATA E ASSINATURAS



Porto Alegre, 28/11/2025.

UNIÃO (Credora)

Mauro Moacir Riella Fernandes

Procurador da Fazenda Nacional

Equipe Regional de Negociação

PRFN-4ª Região

Rafael Pedroso Colembergue

Procurador da Fazenda Nacional

Equipe Regional de Negociação

PRFN-4ª Região

Thiago Morelli Rodrigues de Sousa

Procurador da Fazenda Nacional

Coordenador - Equipe Regional de Negociação

PRFN-4ª Região

Vandré Augusto Búrigo

Procurador da Fazenda Nacional

Procurador-Chefe da Dívida Ativa na 4ª Região



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Moacir Riela Fernandes, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 03/12/2025, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



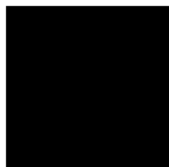
Documento assinado eletronicamente por **Rafael Pedroso Colembargue, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 03/12/2025, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vandre Augusto Burigo, Procurador(a)-Chefe(a)**, em 05/12/2025, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Morelli Rodrigues de Sousa, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 05/12/2025, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



[Redacted signature area]

Sist. Origem	Inscrição	Data Inscrição	Situação/Fase	Nº do Processo Adm.	Processo Judicial	Tipo Devedor Pesquisa do	Unidade Responsável
SIDA	00 2 06 000034-8 0	10/01/2006	ATIVA AJUIZADA	11070 000566/20 05-47	500355992201540 47116	PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 2 06 003164-2 9	26/06/2006	ATIVA AJUIZADA	11070 000763/20 02-13	500354948201540 47116	PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 2 06 003166-9 0	26/06/2006	ATIVA AJUIZADA	11070 451724/20 01-08	500354863201540 47116	PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 2 06 014368-8 6	31/07/2006	ATIVA AJUIZADA	11070 452644/20 04-12	500356247201540 47116	PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 2 07 001526-7 3	30/04/2007	ATIVA AJUIZADA	13061 000227/20 05-03	500356162201540 47116	PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 08 001162-5 5	26/06/2008	ATIVA AJUIZADA	46617 000819/20 06-23	014230081200850 40611	PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 08 001174-9 9	26/06/2008	ATIVA AJUIZADA	46617 000817/20 06-34	014230081200850 40611	PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 2 08 010162-0 1	11/12/2008	ATIVA AJUIZADA	11070 502053/20 08-19	500356332201540 47116	PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 2 09 000391-4 5	06/02/2009	ATIVA AJUIZADA	11070 500055/20 09-54	500356502201540 47116	PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 6 09 004532-6 9	08/06/2009	ATIVA AJUIZADA	11070 500139/20 09-98	500351136201540 47116	PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 09 001848-7 2	23/11/2009	ATIVA AJUIZADA	46617 000802/20 06-76	798862010504061 1	PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 09 002176-3 0	10/12/2009	ATIVA A SER AJUIZADA	46617 003521/20 08-37		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 10 000526-9 2	06/07/2010	ATIVA AJUIZADA	46617 003522/20 08-81	798862010504061 1	PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 6 13 003198-3 7	11/06/2013	ATIVA A SER AJUIZADA	18208 080199/20 11-41		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO

SIDA	00 5 13 003286-8 5	17/07/201 3	ATIVA A SER AJUIZADA	46617 003295/20 09-75		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 6 14 000711-2 8	17/01/201 4	ATIVA A SER AJUIZADA	18208 080200/20 11-38		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 2 14 000469-2 2	17/01/201 4	ATIVA A SER AJUIZADA	18208 080200/20 11-38		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 2 21 021899-8 7	12/08/202 1	ATIVA A SER AJUIZADA	17095 721671/20 21-31		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 4 23 152005-3 2	03/07/202 3	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 364245/20 23-23		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 4 23 152006-1 3	03/07/202 3	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 364246/20 23-78		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 4 23 152008-8 5	03/07/202 3	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 453122/20 23-66		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 2 23 014124-9 0	03/07/202 3	ATIVA A SER AJUIZADA	11070 400285/20 20-20		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 2 23 014125-7 0	03/07/202 3	ATIVA A SER AJUIZADA	11070 400433/20 20-14		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 7 23 008855-1 0	03/07/202 3	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 453125/20 23-08		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 6 23 029066-2 2	03/07/202 3	ATIVA A SER AJUIZADA	18220 725420/20 21-14		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 6 23 029067-0 3	03/07/202 3	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 364248/20 23-67		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 6 23 029065-4 1	03/07/202 3	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 453125/20 23-08		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 2 23 014126-5 1	03/07/202 3	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 453125/20 23-08		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 4 23 152009-6 6	03/07/202 3	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 453125/20 23-08		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 4 23 152010-0 8	03/07/202 3	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 364247/20 23-12		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO

SIDA	00 2 23 015676-9 8	08/09/202 3	ATIVA A SER AJUIZADA	11000 757823/20 23-21		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 4 23 171979-8 9	08/09/202 3	ATIVA A SER AJUIZADA	11000 757823/20 23-21		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 2 23 016451-6 8	27/09/202 3	ATIVA A SER AJUIZADA	11000 761156/20 23-81		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 24 004620-0 4	22/08/202 4	ATIVA A SER AJUIZADA	14152 193388/20 23-59		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 24 004633-2 9	22/08/202 4	ATIVA A SER AJUIZADA	14152 193395/20 23-51		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 24 004638-3 3	22/08/202 4	ATIVA A SER AJUIZADA	14152 193392/20 23-17		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 24 004639-1 4	22/08/202 4	ATIVA A SER AJUIZADA	14152 193392/20 23-17		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 2 24 026408-4 6	21/11/2024	ATIVA A SER AJUIZADA	18208 088268/20 23-07		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 4 24 230382-2 8	21/11/2024	ATIVA A SER AJUIZADA	18208 088268/20 23-07		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 4 24 230383-0 9	21/11/2024	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 438619/20 24-35		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 6 24 042323-1 0	21/11/2024	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 438619/20 24-35		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 2 24 026409-2 7	21/11/2024	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 438619/20 24-35		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 2 24 026410-6 0	21/11/2024	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 438619/20 24-35		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 4 24 230384-9 0	21/11/2024	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 438619/20 24-35		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 6 24 042324-0 0	21/11/2024	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 690964/20 24-88		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 2 24 026411-4 1	21/11/2024	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 690964/20 24-88		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO

SIDA	00 4 24 230385-7 0	21/11/2024	ATIVA A SER AJUIZADA	19414 690964/20 24-88		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 25 004116-3 0	25/03/202 5	ATIVA A SER AJUIZADA	14152 054901/20 22-14		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 25 004118-0 0	25/03/202 5	ATIVA A SER AJUIZADA	14152 054898/20 22-21		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 25 004122-8 9	25/03/202 5	ATIVA A SER AJUIZADA	14152 054902/20 22-51		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 25 004127-9 3	25/03/202 5	ATIVA A SER AJUIZADA	14152 054903/20 22-03		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 25 004131-7 0	25/03/202 5	ATIVA A SER AJUIZADA	14152 054905/20 22-94		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 25 004133-3 1	25/03/202 5	ATIVA A SER AJUIZADA	14152 054899/20 22-75		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 25 004136-8 4	25/03/202 5	ATIVA A SER AJUIZADA	14152 054904/20 22-40		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 25 004137-6 5	25/03/202 5	ATIVA A SER AJUIZADA	14152 054904/20 22-40		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 25 009389-9 0	01/08/202 5	ATIVA EM COBRANCA	14152 073742/20 25-91		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 25 009390-2 3	01/08/202 5	ATIVA EM COBRANCA	14152 073748/20 25-69		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 25 009398-8 0	01/08/202 5	ATIVA EM COBRANCA	14152 073740/20 25-01		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
SIDA	00 5 25 009399-6 1	01/08/202 5	ATIVA EM COBRANCA	14152 073745/20 25-25		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
Dívida (Pandora)	1816969 08	14/08/202 1	797 - PARCELAMENT O RESCINDIDO	-		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
Dívida (Pandora)	1822856 50	19/02/202 2	797 - PARCELAMENT O RESCINDIDO	-		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
Dívida (Pandora)	1896365 30	31/12/202 2	797 - PARCELAMENT O RESCINDIDO	-		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO

Dívida (Pandora)	371130433	31/08/2019	797 - PARCELAMENTO O RESCINDIDO	-		PRINCIPAL	QUARTA REGIAO
---------------------	-----------	------------	---------------------------------------	---	--	-----------	------------------

Débitos negociados no PROIES: 6 CDA's

FGTS

Débitos parcelados; 2 CDAs

INSCRIÇÕES (TOTAL DE REGISTROS: 2)									
P. 1	Sit. Origem	Inscrição	Data Inscrição	Situação/Fase	Nº do Processo Adm.	Processo Judicial	Tipo Devedor Pesquisado	Unidade Responsável	V. Total Cons. (R\$)
<input type="checkbox"/>	FGTSD(W)	FGRS2014400021	13/01/2014	INSCR PARCELADA	-	-	PRINCIPAL	QUARTA REGAO	8.365,80
<input type="checkbox"/>	FGTSD(W)	FGRS2014400022	13/01/2014	INSCR PARCELADA	-	-	PRINCIPAL	QUARTA REGAO	80.626,62

1 de 1 página(s)

Valor consolidado das inscrições exibidas: R\$ 88.992,42

[Ativar](#) [Excluir](#)



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Usuário: [REDACTED] - MAURO MOACIR RIELLA FERNANDES | Procuradoria: QUARTA REGIAO - 0000

[Início](#) [Negociações](#) [Emissão de Documento](#) [Ferramentas](#) [Sair](#)

Sua sessão expira em: 19:19
Data e Hora de login: 17/11/2025 11:22:39
Produção - 2.40.2 (BUILD 12)

ADESÃO DE ACORDO DE TRANSAÇÃO

Contribuinte

Modalidades

Inscrição

Consolidação

Cálculo das Prestações

Negociações: 0077 - TRANSACAO INDIVIDUAL (DEPENDE DE PREVIA APROVACAO DO PDA DA REGIAO)
Modalidade: 0077 - DEMAIS DEBITOS -PJ- DEMAIS- ATE 120 MESES - REDUCAO DE ATE 65% - 3/3- I

Utilização de créditos

Valor passível de amortização: 11.637.218,06

Prejuízo Fiscal					
	CNPJ	Alíquota	Montante	Valor calculado	
Nenhum valor informado					

Base de cálculo negativa da CSLL					
	CNPJ	Alíquota	Montante	Valor calculado	
Nenhum valor informado					

Quantidade Máxima de Prestações: (excluindo as Prestações da entrada)

120

Prestações selecionadas:

120

Aplicar cobrança escalonada de prestações:

Sim

Exibe decimais:

Não

Atenção: Caso a dívida esteja ajuizada, com leilão designado ou já realizado, o parcelamento da Lei nº 10.522/2002 deve ser requerido na unidade da PGFN que administra a cobrança, sendo ineficazes os atos realizados neste sistema de parcelamento on-line.

CPF/CNPJ: 92.928.845/0001-60					
Demonstrativo	Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Consolidado
Total sem reduções (A)	13.820.969,44	2.391.641,76	17.228.069,59	5.375.252,17	38.815.932,96
Descontos previstos em lei (B)	0,00	2.257.982,55	15.158.623,67	4.774.729,48	22.191.335,72
Utilização de créditos (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total com reduções (A - C - B)	13.820.969,44	133.659,20	2.069.445,91	600.522,68	16.624.597,23

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
00 2 06 000034-80	1.592.899,70	0,00	65.158,12	743.364,11	226.862,57	1.035.384,80	557.514,89	65,00%
00 2 06 003164-29	3.962.310,03	0,00	215.656,54	1.850.087,99	509.756,97	2.575.501,51	1.386.808,51	65,00%
00 2 06 003166-90	2.141.209,41	0,00	68.933,51	1.033.443,62	289.408,97	1.391.786,11	749.423,29	65,00%
00 2 06 014368-86	1.762.220,41	0,00	65.407,98	834.621,37	245.413,90	1.145.443,26	616.777,14	65,00%
00 2 07 001526-73	10.021.159,98	0,00	8.125,76	5.037.871,97	1.467.756,25	6.513.753,98	3.507.405,99	65,00%
00 2 08 010162-01	4.246.729,47	0,00	198.732,89	1.935.968,11	625.673,14	2.760.374,15	1.486.355,31	65,00%
00 2 09 000391-45	104.669,71	0,00	4.087,15	49.202,98	14.745,17	68.035,31	36.634,39	65,00%
00 2 14 000469-22	301.347,89	0,00	16.919,12	153.459,57	25.497,43	195.876,12	105.471,76	65,00%
00 2 21 021899-87	147.024,35	0,00	12.517,50	55.495,62	13.365,85	81.378,97	65.645,38	55,35%
00 2 23 014124-90	1.141.904,25	0,00	119.796,29	319.317,02	103.809,47	542.922,78	598.981,47	47,54%
00 2 23 014125-70	154.371,21	0,00	16.222,11	43.004,81	14.033,74	73.260,66	81.110,55	47,45%
00 2 23 014126-51	16.510,98	0,00	1.592,45	5.455,14	1.500,99	8.548,58	7.962,40	51,77%
00 2 23 015676-98	653.602,12	0,00	80.650,88	110.278,39	59.418,37	250.347,64	403.254,48	38,30%
00 2 23 016451-68	8.553.998,36	0,00	958.392,76	2.026.005,00	777.636,21	3.762.033,97	4.791.964,39	43,97%
00 2 24 026408-46	415.879,88	0,00	52.565,08	62.682,09	37.807,26	153.054,43	262.825,45	36,80%
00 2 24 026409-27	112,51	0,00	14,53	15,11	10,22	39,86	72,65	35,42%
00 2 24 026410-60	1.378.790,88	0,00	177.155,41	190.513,66	125.344,62	493.013,69	885.777,19	35,75%
00 2 24 026411-41	469.515,38	0,00	51.387,41	118.507,49	42.683,21	212.578,11	256.937,27	45,27%
00 4 24 230383-09	527,97	0,00	68,17	70,93	47,99	187,09	340,88	35,43%
00 5 08 001162-55	76.757,22	0,00	0,00	38.079,15	11.813,03	49.892,19	26.865,02	65,00%
00 5 08 001174-99	221.753,72	0,00	0,00	110.011,72	34.128,18	144.139,91	77.613,80	65,00%
00 5 09 001848-72	181.640,54	0,00	0,00	89.442,90	28.623,44	118.066,35	63.574,18	65,00%

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
00 5 09 002176-30	56.763,21	0,00	0,00	31.472,26	5.160,29	36.632,55	20.130,66	64,53%
00 5 10 000526-92	60.676,21	0,00	0,00	29.537,51	9.902,02	39.439,53	21.236,67	65,00%
00 5 13 003286-85	208.312,03	0,00	19.819,58	97.267,95	18.315,27	135.402,81	72.909,21	65,00%
00 5 24 004620-04	74.378,82	0,00	13.525,22	9.007,80	6.761,71	29.294,73	45.084,09	39,38%
00 5 24 004633-29	9.297,34	0,00	1.690,65	1.125,97	845,21	3.661,83	5.635,51	39,38%
00 5 24 004638-33	9.118,53	0,00	1.658,13	1.104,32	828,95	3.591,40	5.527,13	39,38%
00 5 24 004639-14	357,57	0,00	65,02	43,30	32,50	140,82	216,75	39,38%
00 5 25 004116-30	35.827,19	0,00	6.120,68	6.047,23	3.257,01	15.424,92	20.402,27	43,05%
00 5 25 004118-00	103.898,91	0,00	17.749,98	17.536,98	9.445,35	44.732,31	59.166,60	43,05%
00 5 25 004122-89	28.295,91	0,00	4.834,04	4.776,03	2.572,35	12.182,42	16.113,49	43,05%
00 5 25 004127-93	272.772,85	0,00	46.600,22	46.041,02	24.797,53	117.438,77	155.334,08	43,05%
00 5 25 004131-70	13.089,51	0,00	2.236,20	2.209,36	1.189,95	5.635,51	7.454,00	43,05%
00 5 25 004133-31	40.918,42	0,00	6.990,46	6.906,57	3.719,85	17.616,88	23.301,54	43,05%
00 5 25 004136-84	1.131,37	0,00	193,28	190,96	102,85	487,09	644,28	43,05%
00 5 25 004137-65	6.715,29	0,00	1.147,23	1.133,46	610,48	2.891,17	3.824,12	43,05%
00 5 25 009389-90	93.206,87	0,00	18.549,37	4.352,91	8.473,35	31.375,63	61.831,24	33,66%
00 5 25 009390-23	5.638,84	0,00	1.122,20	263,34	512,62	1.898,16	3.740,68	33,66%
00 5 25 009398-80	3.136,82	0,00	624,27	146,49	285,16	1.055,92	2.080,90	33,66%
00 5 25 009399-61	5.638,84	0,00	1.122,20	263,34	512,62	1.898,16	3.740,68	33,66%
00 6 09 004532-69	2.185,02	0,00	103,50	993,78	322,97	1.420,26	764,75	65,00%
00 6 13 003198-37	77.684,79	0,00	0,00	43.462,79	7.032,31	50.495,11	27.189,67	65,00%
00 6 14 000711-28	1.759,01	0,00	99,21	895,10	149,04	1.143,35	615,65	65,00%

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
00 6 23 029065-41	1.783,12	0,00	194,51	453,91	162,10	810,52	972,60	45,45%
00 6 23 029066-22	155.615,25	0,00	0,00	45.868,72	14.146,84	60.015,56	95.599,69	38,56%
00 6 23 029067-03	1.496,13	0,00	0,00	360,10	136,01	496,11	1.000,02	33,15%
00 6 24 042323-10	349,60	0,00	45,14	46,97	31,78	123,89	225,71	35,43%
00 6 24 042324-00	199,34	0,00	25,89	25,86	18,12	69,87	129,47	35,05%
00 7 23 008855-10	750,20	0,00	81,86	190,82	68,20	340,88	409,32	45,43%
Totais:	38.815.932,96	0,00	2.257.982,55	15.158.623,67	4.774.729,48	22.191.335,72	16.624.597,23	57,17%

Atenção: Eventuais diferenças inferiores a R\$ 10,00 (dez reais), decorrentes de regra de arredondamento no cálculo do sistema, serão baixadas de ofício pela PGFN.

Escalonamento de prestações para pagamento do saldo									
Faixa			Prestação Inicial	Prestação Final	Percentual da Prestação	Valor da Prestação	Quantidade Prestações	Percentual da Faixa	Valor Cobrado na Faixa
	1	1	12	0.560	93.097,74	12x	6.720	1.117.172,88	
	2	13	24	0.570	94.760,20	12x	6.840	1.137.122,40	
	3	25	36	0.730	121.359,55	12x	8.760	1.456.314,60	
	4	37	48	0.780	129.671,85	12x	9.360	1.556.062,20	
	5	49	60	0.800	132.996,77	12x	9.600	1.595.961,24	
	6	61	72	0.900	149.621,37	12x	10.800	1.795.456,44	
	7	73	84	0.920	152.946,29	12x	11.040	1.835.355,48	
	8	85	96	0.960	159.596,13	12x	11.520	1.915.153,56	
	9	97	108	1.000	166.245,97	12x	12.000	1.994.951,64	
	10	109	119	1.200	199.495,16	11x	13.200	2.194.446,76	
	11	120	120	0,160	26.599,35	1x	0.160	26.599,35	Calcular
Totais:						120x	100.000	16.624.596,55	

Atenção: O valor das prestações será atualizado na data do pagamento, conforme a legislação vigente.

Retornar

Confirmar



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Usuário: [REDACTED] - MAURO MOACIR RIELLA FERNANDES | Procuradoria: QUARTA REGIAO - 0000

[Início](#) [Negociações](#) [Emissão de Documento](#) [Ferramentas](#) [Sair](#)

Sua sessão expira em: 19:41
Data e Hora de login: 17/11/2025 11:50:44
Produção - 2.40.2 (BUILD 12)

ADESÃO DE ACORDO DE TRANSAÇÃO

Contribuinte

Modalidades

Inscrição/Debcad

Consolidação

Cálculo das Prestações

Negociações: 0077 - TRANSACAO INDIVIDUAL (DEPENDE DE PREVIA APROVACAO DO PDA DA REGIAO)
Modalidade: 0078 - DEBITOS PREVIDENCIARIOS - PJ- DEMAIS- ATE 60 MESES -REDUCAO DE ATE 65%-3/3 -I

Utilização de créditos

Valor passível de amortização: 2.268.192,16

Prejuízo Fiscal					
	CNPJ	Alíquota	Montante	Valor calculado	
Nenhum valor informado					

Base de cálculo negativa da CSLL					
	CNPJ	Alíquota	Montante	Valor calculado	
Nenhum valor informado					

Quantidade Máxima de Prestações:
(excluindo as Prestações da entrada)

60

Prestações selecionadas:

60

Aplicar cobrança escalonada de prestações:

Sim

Exibe decimais:

Não

Atenção: Caso a dívida esteja ajuizada, com leilão designado ou já realizado, o parcelamento da Lei nº 10.522/2002 deve ser requerido na unidade da PGFN que administra a cobrança, sendo ineficazes os atos realizados neste sistema de parcelamento on-line.

CPF/CNPJ: 92.928.845/0001-60					
Demonstrativo	Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Consolidado
Total sem reduções (A)	3.230.892,60	646.178,33	1.187.328,01	506.439,88	5.570.838,82
Descontos previstos em lei (B)	0,00	645.414,80	1.179.909,56	505.239,91	2.330.564,29
Utilização de créditos (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total com reduções (A - C - B)	3.230.892,60	763,52	7.418,44	1.199,96	3.240.274,52

Demonstrativo de Consolidação							
Número	Valor Consolidado	Reduções					Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total	
181696908	48.744,85	0,00	5.188,33	13.183,54	4.431,35	22.803,22	46,78%

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
371130433	154.369,28	0,00	8.165,89	79.340,51	12.833,61	100.340,03	54.029,24	65,00%
182285650	300.266,73	0,00	32.307,84	79.122,69	27.296,97	138.727,50	161.539,23	46,20%
189636530	312.394,34	0,00	33.782,85	81.297,72	28.399,49	143.480,06	168.914,28	45,92%
00 4 23 152005-32	1.142.720,93	0,00	135.673,78	224.794,42	103.883,72	464.351,92	678.369,01	40,63%
00 4 23 152006-13	116.861,36	0,00	13.005,76	28.203,00	10.623,76	51.832,52	65.028,84	44,35%
00 4 23 152008-85	163.916,52	0,00	19.916,47	29.516,20	14.901,50	64.334,17	99.582,35	39,24%
00 4 23 152009-66	825.094,76	0,00	90.705,06	205.855,73	75.008,61	371.569,40	453.525,36	45,03%
00 4 23 152010-08	882.342,73	0,00	100.804,37	197.303,40	80.212,97	378.320,74	504.021,99	42,87%
00 4 23 171979-89	354.915,02	0,00	43.604,15	61.025,06	32.265,00	136.894,21	218.020,81	38,57%
00 4 24 230382-28	324.020,42	0,00	40.951,52	48.854,82	29.456,40	119.262,74	204.757,68	36,80%
00 4 24 230384-90	811.391,62	0,00	103.929,65	114.050,71	73.762,87	291.743,23	519.648,39	35,95%
00 4 24 230385-70	133.800,26	0,00	17.379,13	17.361,76	12.163,66	46.904,55	86.895,71	35,05%
Totais:	5.570.838,82	0,00	645.414,80	1.179.909,56	505.239,91	2.330.564,29	3.240.274,52	41,83%

Atenção: Eventuais diferenças inferiores a R\$ 10,00 (dez reais), decorrentes de regra de arredondamento no cálculo do sistema, serão baixadas de ofício pela PGFN.

Escalonamento de prestações para pagamento do saldo									
Faixa			Prestação Inicial	Prestação Final	Percentual da Prestação	Valor da Prestação	Quantidade Prestações	Percentual da Faixa	Valor Cobrado na Faixa
		1	1	12	0.800	25.922,19	12x	9.600	311.066,28
		2	13	24	1.450	46.983,98	12x	17.400	563.807,76
		3	25	36	1.600	51.844,39	12x	19.200	622.132,68
		4	37	48	1.800	58.324,94	12x	21.600	699.899,28
		5	49	59	2.700	87.487,41	11x	29.700	962.361,51
		6	60	60	2,500	81.006,86	1x	2.500	81.006,86
Totais:							60x	100.000	3.240.274,37

Atenção: O valor das prestações será atualizado na data do pagamento, conforme a legislação vigente.

Retornar

Confirmar

ANEXO IV - Garantias

Constituirão a garantia (já penhorados):

Imóvel matrícula nº 34.853, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS;

Imóvel matrícula nº 34.854, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS;

Imóvel matrícula nº 34.855, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS;

Imóvel matrícula nº 34.856, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS;

Imóvel matrícula nº 34.857, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS;

Imóvel matrícula nº 34.858, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS;

Imóvel matrícula nº 34.859, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS;

Imóvel matrícula nº 34.860, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS;

Imóvel matrícula nº 34.862, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS;

Imóvel matrícula nº 34.863, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS;

Imóvel matrícula nº 34.864, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS;

Imóvel matrícula nº 35.111, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS;

Imóvel matrícula nº 33.261, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS;

Imóvel matrícula nº 33.262, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS;

Imóvel matrícula nº 33.264, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS;

Imóvel matrícula nº 31.064, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS;

Imóvel matrícula nº 23.196, do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS.

Igualmente compõe a garantia a marca Fundação Universidade de Cruz Alta - 'UNICRUZ', registrada sob o nº 820666700 no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), penhorada no autos da execução fiscal nº 5000549-45.2012.404.7116/RS.

